



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

MENSAGEM Nº 25, de 05 de julho de 2016.

Senhora e Senhores Vereadores,

O projeto de lei parlamentar em epígrafe fixa o valor do subsídio mensal do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Secretários Adjuntos para a Legislatura 2017 a 2020.

A fixação dos novos valores é de competência do Poder Legislativo, sendo fixado em parcela única, como determina o art. 29, inciso V, da Constituição Federal.

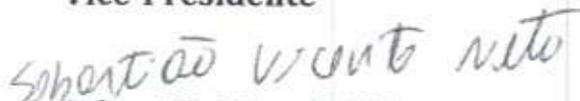
Assim, como forma de adequação ao ordenamento vigente e levando-se em consideração o orçamento de nosso Município, o projeto é apresentado, esperando-se a apreciação e votação dos Nobres Vereadores.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Porteiras, Estado do Ceará, aos cinco (05) dias do mês de julho de dois mil e dezesseis (2016).


Marcondes Gomes de Lima
Presidente


Marcondes Xavier de Souza
Vice-Presidente


Roberto Antonio de Lima
1º Secretário


Sebastião Vicente Neto
2º Secretário


Carlos Roberto Luciano de Barros
3º Secretário



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

Projeto de Lei nº 25, de 05 de julho de 2016.

EMENTA: Dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Secretários Adjuntos do Município de Porteiras, Estado do Ceará, para a legislatura de 2017/2020, e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de Porteiras, Estado do Ceará, nos termos do arts. 29, inciso V, 37, inciso XI, 39, § 4º, 150, inciso II, 153, inciso III, e § 2º, inciso I, da Constituição Federal, e art. 72, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Porteiras, submete à apreciação do Plenário da Egrégia Câmara o presente Projeto de Lei:

Art. 1º - Os subsídios dos agentes políticos abaixo indicados, para a Legislatura 2017/2020, a iniciar-se em 1º de janeiro de 2017, são assim fixados, nos termos da Constituição Federal, a serem pagos mensalmente, em parcela única, sendo vedada qualquer outra espécie de gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória:

I - Prefeito Municipal: R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais);

II - Vice-Prefeito Municipal: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais);

III - Secretário Municipal: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais);

IV - Secretário Adjunto: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

§ 1º - Os subsídios ora fixados serão revistos por lei específica, na mesma data e com o mesmo índice dos servidores públicos municipais, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, exceto no primeiro ano da legislatura.

Rueda
21/06/2016
(S)



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

§ 2º - Sobre os subsídios incidirão impostos e contribuições legalmente previstos.

§ 3º - O Chefe de Gabinete do Prefeito e Procurador-Geral, para os efeitos desta Lei, são considerados agentes políticos com as mesmas prerrogativas de Secretário Municipal.

§ 4º - A vedação de acréscimo contida no caput deste artigo não se aplica ao pagamento de vantagens pessoais quando o Secretário for ocupante de cargo efetivo no Município.

§ 4º - A hipótese de acréscimo prevista no parágrafo anterior incidirá sobre o vencimento do cargo efetivo do titular da Secretaria.

§ 5º - O Vice-Prefeito, nomeado Secretário, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou o de Secretário, vedado o pagamento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo 4º deste Artigo.

§ 6º - Quando o Prefeito for servidor municipal lotado em cargo efetivo do Município, deverá fazer a opção pelo vencimento do cargo ou pelo subsídio.

Art. 2º - O Vice-Prefeito quando assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor dos subsídios mensal do Prefeito Municipal, previstos no inciso I do art. 1º desta Lei, e proporcionalmente ao período de substituição por prazo inferior a um mês.

Art. 3º - Em caso de licença por motivo de saúde, o Prefeito e o Vice-Prefeito perceberão os subsídios integrais.

§ 1º - Encontrando-se o Prefeito e/ou o Vice-Prefeito vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, a licença a saúde ou outro benefício previdenciário, será complementado até o valor do subsídio integral de cada um dos agentes políticos em alusão.

JK



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

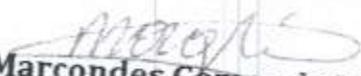
§ 2º - Em caso de o Prefeito ou Vice-Prefeito não ter completado o período de carência necessário a obtenção de benefício previdenciário perceberão integralmente os subsídios.

Art. 4º - Os subsídios de que tratam esta Lei serão pagos na mesma data do pagamento dos demais servidores, observando a existência de recursos financeiros.

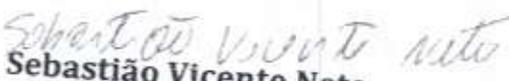
Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento e suplementadas quando necessário.

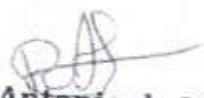
Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2017.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Porteiras, Estado do Ceará, aos cinco (05) dias do mês de julho de dois mil e dezesseis (2016).


Marcondes Gomes de Lima
Presidente


Marcondes Xavier de Souza
Vice-Presidente


Sebastião Vicente Neto
2º Secretário


Roberto Antonio de Lima
1º Secretário


Carlos Roberto Luciano de Barros
3º Secretário